



FALA E PODER: AS SUAS RELAÇÕES SOCIAIS

ALMEIDA, André Luiz de Andrade

RESUMO

O presente artigo tem a intenção de falar das relações de poder existentes que estão relacionados com o uso da língua, a fala em nossas mais diferentes situações comunicacionais. Para isso, foi realizada uma pesquisa de modo explicativa, trazendo exemplos e problemáticas linguísticas recorrentes do dia-a-dia, com o intuito de buscar fazer uma reflexão sobre como a maneira que falamos interfere e gera efeitos, por vezes negativos, em nossas mais variadas relações sociais. E, como a fala pode estar relacionada às desigualdades e formas de preconceito social.

PALAVRAS-CHAVE: Fala, Poder, Sociolinguística, Variação, Sociais

1

1. INTRODUÇÃO

A linguagem segundo o dicionário significa “qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais, entre outros.” Sendo ela esse meio de comunicação tão poderoso e significativo para organizar, sistematizar e tornar possível o diálogo e a interação entre as pessoas, como podemos conceber a percepção de poder que existe na comunicação.

Para estabelecer essa provável influência de poder que constitui o uso da linguagem existem diversas maneiras e formas de estudos na linguística, desde a análise do discurso, estruturada principalmente na chamada linha francesa com Pêcheux, que surge a partir de três contribuições: Marxismo, Psicanálise e Linguística, levando em consideração elementos exteriores ao texto, com ênfase ao contexto de produção para se chegar a uma interpretação mais eficaz e completa. Análise crítica do discurso com o estudioso Norman Fairclough, até a análise dialógica do discurso com Mikhail Bakhtin.

Buscando trazer um olhar diferente sobre a análise de poder por trás da linguagem, o presente artigo pretende abordar como a sociolinguística, por meio das diferentes formas de variações

¹ **Credenciais do autor:** graduado e mestrando em letras, também graduando em jornalismo.
alaalmeida@minha.fag.edu.br



linguísticas, contribuem e reforçam as relações de poder existentes devido a forma de se comunicar dos falantes em nossa sociedade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Mas antes de adentrar as questões linguísticas é necessário apresentar uma breve contextualização sociológica de nossa sociedade para conseguirmos entender um pouco melhor o nosso funcionamento social, e, como isto implica no modo de tratamento da linguagem.

Os seres humanos constituídos com o entendimento de serem civilizados e enquadrados dentro de um coletivo social carregam suas peculiaridades individuais, pautadas, por vezes, em seus próprios interesses. Na sociedade como um todo é cada vez mais perceptível, segundo diversos estudiosos, a busca pelo poder. O que nos leva, seguidamente, à uma análise das estruturas sociais e políticas na qual estamos inseridos, onde as relações de poder estruturam o funcionamento de nossas esferas sociais moldando nossos pensamentos e ações perante as instituições e dinâmicas sociais do dia-a-dia.

Baseado nos ideais propostos pelo filósofo Michel Foucault, um dos expoentes para o entendimento das relações de poder, afirmou que o poder não é apenas exercido de cima para baixo por uma autoridade central, mas também é disseminado e internalizado através de práticas discursivas e de instituições sociais. Portanto, ressalta essa interferência indireta por meio de ferramentas regulatórias e disciplinares.

"Trata-se dos procedimentos disciplinares que são praticados em instituições como hospitais, escolas, fábricas e prisões, garantindo uma vigilância e normatização da sociedade autorizada e legitimada pelo saber. Não são estabelecidos por meio de leis, mas pela concordância dos sujeitos para com os discursos de 'verdade'." (Foucault, 1972, p. 84)

Com ênfase no termo verdade, o que realmente seria "verdade" sobre o uso considerado correto na fala, em nossas interações comunicacionais, o falar padrão/coloquial seguindo a gramática normativa ou a forma como funciona a língua em uso, o modo como falamos em nossas mais variadas realidades cotidianas? E, de que maneira isto implica nas relações de poder que nos cercam.



Segundo Pierre Bourdieu, a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também um instrumento de dominação e legitimação. Desta maneira, sendo a linguagem o nosso meio de comunicação, a fala e o modo como falamos também está estritamente ligado a este jogo de poder, onde a dominação deste recurso pode ser peça fundamental para atender os anseios de uma classe dominante que tem como intuito estabelecer a sua visão para perpetuar uma nova realidade ou mesmo estabilizar e não deixar se promover mudanças que fujam de seus interesses.

Envolto aos estudos das ciências sociais e humanas estruturados nos variados filósofos, sociólogos e linguistas, é possível reconhecer os artifícios utilizados pela sociedade dominante para mediar os conceitos definidos como corretos e padrões. No caso em questão a busca pela padronização da fala baseada nas normas da gramática tradicional ou culta.

Os estudos da linguística

Partindo agora mais especificamente para os estudos da linguística com os fundamentos teóricos do estruturalismo, de Ferdinand de Saussure, temos o Curso Geral de Linguística, no qual o autor propõe a linguagem como um conjunto de regras pré-estabelecidas e internas ao próprio sistema, sem levar em consideração fatores externos, para estruturar o funcionamento da língua, “a linguística tem por objeto a língua considerada em si mesma, e por si mesma”. Para isso destaca as dicotomias, que se opõem e se complementam. Sendo elas: Diacronia x sincronia, Língua x fala, Significado x significante, Paradigma x sintagma.

Outro expoente dos estudos linguísticos foi Noam Chomsky que propõe o conceito de uma gramática universal, que é inata aos seres humanos. Defende que somos capazes de formular frases que até mesmo nunca tenhamos ouvido, devido a essa competência linguística, cognitiva que temos em interiorizar os conjuntos de regras estruturais e universais da língua.

“Definamos ‘gramática universal’ GU como sistema de princípios, condições e regras que constituem elementos ou características de todas as linguagens humanas não apenas por acaso, mas por necessidade. Assim, a GU pode ser considerada como exprimindo a ‘essência da linguagem humana’. A GU será invariável para todos os seres humanos. A GU especificará o que a aprendizagem duma língua deve realizar, se for bem sucedida. A GU será, pois, um componente significativo de TA (H,L). O que se aprende, a estrutura cognitiva



alcançada, deverá ter as características da GU, embora possua também outras características, que constituirão as características acidentais. Toda linguagem humana deverá submeter-se à GU; as línguas diferem umas das outras pelas características acidentais. Se construíssemos uma língua violando a GU, chegaríamos à conclusão de que não poderia ser aprendida a TA(H, L), isto é, não poderia ser aprendida em condições normais de acesso e contato com os elementos da experiência. (CHOMSKY, 1976, p. 36).”

Com ambas as teorias temos os conceitos fundamentais de estrutura e funcionamento da língua, porém enquadradas em um sistema ideal de funcionamento que não é vista e concebida na língua em uso, na fala. Para contrapor a essas teorias surge o linguista William Labov que propõe as teorias da sociolinguística. Onde se volta as atenções para a língua no social, embora possa parecer redundante pelo fato de utilizarmos a língua para nos comunicar e, portanto, ela está na prática, foi somente na década de 60 que se iniciaram os estudos, agora envolvendo o seu uso de fato. Assim, se tem uma nova forma de analisar essa estrutura linguística, possibilitando abrir um leque de questões que não eram contempladas pelo estruturalismo Saussureano. Com isso, o paradoxo de Saussure referente às mudanças linguísticas pode ter sido respondido.

“Se uma língua tem que ser estruturada para funcionar eficientemente, como as pessoas continuam falando enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de reduzida sistematicidade? Alternativamente, se pressões determinantes forçam a língua a mudar, e se a comunicação é menos eficiente na interação (como poderia dedutivamente seguir pela teoria), porque tais deficiências não podem ser observadas na prática?” (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968, p.100-1)

A sociolinguística busca investigar a relação entre língua e sociedade, e estabelecer um melhor entendimento para a estrutura da língua e o seu funcionamento na comunicação. Com tudo, o desenvolvimento da sociolinguística ocorre pela relação de estudos de três pilares: a estrutura, o sistema e a heterogeneidade. O que torna possível a sistematização dessa heterogeneidade da fala, mesmo com restrições linguísticas e sociais.

Dessa maneira, a sociolinguística tem como objetivo explicar as mudanças linguísticas e sua relação com fatores sociais, como diferenças nas formas de falar dependendo de quem fala, situação ou nível de formalidade. Também, a sociolinguística variacionista utiliza a língua como objeto de estudo, tendo em vista que ela se apresenta como “um objeto histórico e cultural que se constitui a partir da interação social entre os membros de uma determinada coletividade...” (LUCCHESI, 1998, p. 210), possibilitando, dessa maneira, demonstrar “que a mudança não é apenas uma função do



sistema linguístico, mas uma função da interação da estruturação interna da língua com o processo social em que ela se realiza...” (LUCCHESI, 1998, p. 200).

3. METODOLOGIA

Para a realização deste artigo foi levado em consideração a metodologia explicativa, para buscar entender o fenômeno proposto com o trabalho.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Agora com o entendimento prévio da sociolinguística, voltamos à questão central, as relações de poder através da linguagem. Como essa área pode contribuir para essa relação?

Costumeiramente presenciamos em determinados diálogos o falante se dirigir a seu interlocutor usando uma variante linguística que não segue a normativa gramatical, esse “ruído” pode ser entendido como erro, pelo senso comum. E, esse “erro” dependendo da circunstância, para quem está se dirigindo pode acarretar uma série de consequências, por exemplo: se um falante sem escolaridade e distante de recursos sociais falar desta maneira em uma entrevista de emprego com um diretor da empresa, mesmo que sua comunicação não interfira em seu trabalho, muito provavelmente não irá conquistar a vaga. Portanto, caracterizando este falante como inferior e rebaixando seu status perante as instâncias sociais, já demonstrando o poder presente.

Entre inúmeros casos que ocorrem devido ao modo de falar, também, destaca-se as discriminações pessoais em situações comuns do cotidiano, isso acontece corriqueiramente pela simples troca de uma letra por outra, como o rotacismo que troca o som de L pelo som de R nos encontros consonantais, exemplos: bicicleta por “bicicreta”, almoço por “armoço”, flor por “fror”, entre outros. Essa realidade preconceituosa, de certa forma, pode estar ligada a maneira como a escola trata o ensino da língua, e esse tratamento consequentemente estará condicionado às relações de poder que as envolvem, por exemplo: seria de interesse mudar a forma como formamos os alunos nas escolas, em vez de seguir algo já estabelecido e padronizado partir para a prática de uso



da língua, gerando reflexão perante a temática. Os PNCs de Língua Portuguesa abordam essa problemática:

“o problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença [...] a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala [...]. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. (BRASIL, 1998, p. 31)”

Além dessas trocas, também, acontecem desvios de ordens sintáticas, apagamento de parte da estrutura das palavras e outros. Outra característica marcante da variação, a identidade linguística é peça fundamental para demarcar as peculiaridades de cada falante, influenciando como as pessoas se vêem e como são notadas pelos demais. Os fatores que constituem essa identidade é a língua materna: o idioma recebido desde criança e que se tornou internalizado, a variação geográfica: a língua falada, os dialetos característicos desse lugar em específico, a cultura: os costumes e crenças que passam de geração em geração e que geram orgulho e pertencimento, e, as experiências: interações com outras pessoas, graus de escolaridade e vivências ao longo da vida. Com tudo, essas identidades linguísticas podem se tornarem vulgarizadas e desprestigiadas a depender dos interesses da sociedade em que se encontram. Assim, possibilitando mais um modo de relação de poder.

Segundo o linguista e professor Marcos Bagno, no livro *Preconceito Linguístico* o que é, como se faz, “É preciso ter sempre em mente que tudo aquilo que é considerado erro ou desvio pela gramática tradicional tem uma explicação lógica, científica, perfeitamente demonstrável.” Porém, todas essas variantes não padrão ou língua materna de uso tendem a ser consideradas erradas, e, consequentemente, estigmatizadas pelo fato desses falantes não “entenderem” o funcionamento “correto” da língua, tornando-os como “ignorantes”, “asnos”. Embora se tenha desvios, estas ocorrências estão internalizadas em uma estrutura linguística de perfeito funcionamento perante o falante, mesmo que ele não consiga perceber esse fenômeno. Com tudo, é demonstrado que nada na língua é por acaso tudo está passível de sistematização. Mas essa visão conservadora pode, de certa forma, mostrar as relações de poder que as envolve. E, levar à reflexão do por quê ainda existe este



desconhecimento ou esta mística, pelo senso comum da sociedade, sobre o uso da língua, mesmo com tantos avanços nessa área de estudo.

Como meio para condicionar as noções de erro, as classes dominantes que detêm o maior poder de influência e controle social, em se tratando do uso da língua, criam mitos linguísticos que reforçam e influenciam o entendimento e comportamento das pessoas. O professor Marcos Bagno no seu livro *Preconceito Linguístico* o que é, como se faz traz no primeiro capítulo “A mitologia do preconceito linguístico” onde ele propõe 8 mitos, sendo eles: Mito nº 1 “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”, Mito nº 2 “Brasileiro não sabe português” / “Só em Portugal se fala bem português”, Mito nº 3 “Português é muito difícil”, Mito nº 4 “As pessoas sem instrução falam tudo errado”, Mito nº 5 “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”, Mito nº 6 “O certo é falar assim porque se escreve assim”, Mito nº 7 “É preciso saber gramática para falar e escrever bem” e Mito nº 8 “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”. Cada um desses mitos apresenta elementos bem peculiares, porém gostaríamos de focar em dois deles que se relacionam diretamente com o propósito deste artigo, os mitos 4 e 8.

Mito 4: sendo mais comum em regiões mais afastadas dos grandes centros, com a população mais pobre e sem acesso a muitos recursos, temos pessoas sem instrução educacional que se caracterizam por utilizar variantes não padrão, tendo exemplo mais notório o rotacismo, como abordado nos parágrafos anteriores. Bagno explica que este fenômeno é um grande mito, pois esta troca está relacionada com a formação da língua portuguesa padrão que se derivou, principalmente, do latim, onde muitas palavras em sua origem eram escritas com L mas com o português passaram a ser com R, exemplo: clavu para cravo. Portanto, é algo lógico na cabeça dos falantes na hora de formular as palavras, o que diferencia é a maneira como concebemos a variante padrão em detrimento das demais, como fomos ensinados na escola por meio dessa variante de prestígio mais aceita no contexto social de poder.

“Se dizer Cráudia, praca, pranta é considerado “errado”, e, por outro lado, dizer frouxo, escravo, branco, praga é considerado “certo”, isso se deve simplesmente a uma questão que não é lingüística, mas social e política — as' pessoas que dizem Cráudia, praca, pranta pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada “feia”, “pobre”, “carente”, quando na verdade é apenas diferente da língua ensinada na escola.



Assim, o problema não está naquilo que se fala, mas em quem fala o quê. Neste caso, o preconceito lingüístico é decorrência de um preconceito social.” (BAGNO, pg 40, 1997)

Mito 8: Embora possa se ter a ideia de que somente com o entendimento e uso da norma padrão sejam suficientes para o indivíduo conquistar sua ascensão social, esse mito reflete apenas mais uma condição para a elite social permanecer com seu domínio, justificando no falar da pessoa todas as outras injustiças sociais presentes. Portanto, sendo essa língua a provável desculpa para encobrir mais fatores por trás das desigualdades e, conseqüentemente, das relações de poder sócio-políticas.

“falar da língua é falar de política, e em nenhum momento esta reflexão política pode estar ausente de nossas posturas teóricas e de nossas atitudes práticas de cidadão, de professor e de cientista. Do contrário, estaremos apenas contribuindo para a manutenção do círculo vicioso do preconceito lingüístico e do irmão gêmeo dele, o círculo vicioso da injustiça social”. (BAGNO, pg. 66-67, 1997)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma temos várias ocorrências de variações linguísticas em nossa sociedade, como alguns exemplos citados anteriormente, portanto, todos nós estamos enquadrados dentro de uma dessas variantes, o que nos leva a reflexão sobre a ordem valorativa dessas variações e como as relações de poder influenciam nessa questão do preconceito lingüístico. Onde é notável a busca pela regulação do que é correto ou errado na fala para atender os padrões exigidos por uma elite social que visa sempre estabelecer o seu ponto de vista lingüístico, cultural e econômico em detrimento do outro, para não perder o poder a si atribuído devido, no caso em questão, ao seu modo de falar. Desta forma, não permitindo às pessoas com variantes de menor prestígio, que não seguem a gramática tradicional/norma culta, ascenderam socialmente nos mais diferentes aspectos, mesmo que sejam capazes de realizar suas funções e atribuições melhores que os falantes cultos, devido a essa institucionalização desse mito lingüístico e internalização social que concebemos da língua. Reforçando a forma como se utiliza essa ferramenta de comunicação para perpetuar as relações de poder entre as pessoas.

REFERÊNCIAS



ALKMIN, T. M. **Sociolingüística**. In: MUSSALIM, F.; BENTES, C. (Org.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras** [v. 1] São Paulo: Cortez, 2008.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental: Brasília, 1997.

CHOMSKY, Noam. **Linguagem e responsabilidade**. São Paulo: JSN Editora, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução: Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso da Lingüística neste século**. Lisboa: Colibri, 1998.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].